

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 506.263 - SP (2019/0116676-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : FRANCISCO ASSIS HENRIQUE NETO ROCHA
ADVOGADO : FRANCISCO ASSIS HENRIQUE NETO ROCHA -
SP089140
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MONICA APARECIDA RODRIGUES MARANI (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. ESTELIONATO, FALSIDADE IDEOLÓGICA, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM DE DINHEIRO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. PRISÃO DOMICILIAR. NÃO CABIMENTO. EXTENSÃO DOS EFEITOS DA LIBERDADE CONCEDIDA AOS CORRÉUS. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. São idôneas as razões apontadas para decretar a prisão provisória, por evidenciarem a reiteração delitiva da acusada, que seria "uma das cabeças da organização criminosa".

3. Por tais motivos, a substituição da prisão provisória por medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar o cometimento de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

4. Não comprovada a imprescindibilidade da ré para a sobrevivência de sua filha de 32 anos nem de sua neta de 4 anos, de modo a ensejar a concessão da prisão domiciliar.

5. A Corte local denegou o pleito de extensão dos efeitos da liberdade concedida aos corréus, haja vista ao fato de a insurgente estar foragida – o que foi confirmado em contato telefônico com o Juízo de primeiro grau – não sem olvidar que a ré foi identificada como uma das líderes da organização criminosa.

Superior Tribunal de Justiça

6. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, denegar a ordem, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Dr(a). ANDRÉ LUÍS CERINO DA FONSECA, pela parte
PACIENTE: MONICA APARECIDA RODRIGUES MARANI

Brasília, 03 de outubro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

